

**ATA DA MILÉSIMA CENTÉSIMA VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA COLEGIADA DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e quatorze, às 15 horas, na Sede da Matriz da **Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**, Empresa Pública Federal, constituída por fusão autorizada pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, com a presença do Presidente **Rubens Rodrigues dos Santos** e dos Diretores **Marcelo de Araújo Melo**, **Rogério Luiz Zeirak Abdalla**, **Lineu Olimpio de Souza** e **João Marcelo Intini**, realizou-se a milésima centésima vigésima oitava (1128ª) reunião ordinária da Diretoria Colegiada da Companhia. Na forma do disposto no inciso IV do art. 20, do Estatuto Social, o Presidente iniciou a reunião dando as boas vindas ao Diretor Marcelo de Araújo Melo, em retorno das férias e, ao Diretor João Marcelo Intini, pela posse na Diretoria de Política Agrícola e Informações – Dipai. 1) O Presidente solicitou ao Diretor Marcelo Melo para posicionar aos novos diretores sobre a situação do milho, que foi um dos maiores problemas enfrentados pela Companhia, no exercício de 2013. 1.1) O Diretor da **Dirab**, Marcelo Melo, solicitou registro em ata, 1.1.1) da satisfação em participar da reunião, com os dois novos membros da Diretoria Colegiada, dando as boas vindas aos novos Diretores, dizendo estar na expectativa da realização de grandes trabalhos e colocou-se à disposição no que for preciso. 1.1.2) Com relação ao milho, relatou que a Conab enfrentou momentos de dificuldade, considerando que o Governo Federal criou o programa de emergência do milho, com preços subsidiados para a região nordeste, com preço à R\$ 18,12 (dezoito reais e doze centavos), enquanto o preço de mercado era de R\$ 40,00/50,00 (entre quarenta a cinquenta reais). Por meio dessa medida, o aumento da procura foi substancial. O primeiro momento foi muito difícil, mas a Conab conseguiu reverter a situação, com muito trabalho das Diretorias e da Presidência. A Conab passou a ser, de todos os órgãos do Governo envolvidos naquela operação de emergência, o mais bem sucedido, não obstante todas as dificuldades atravessadas. As metas compromissadas foram atingidas e, muitas vezes, até acima do esperado. Isso foi considerado um ponto positivo da operação. Em dezembro, houve uma queda no fornecimento de milho pela Conab, devido ao encerramento de balanço e, também, às comemorações de final de ano, período em que muitas transportadoras diminuem seu ritmo de trabalho. A Conab prevendo isto, adotou providências, primeiramente, criando, como parte da estrutura da Diretoria de Operações e Abastecimento – Dirab, uma área de logística. Com a criação da Superintendência de Logística Operacional – Sulog, pode-se elaborar uma programação, para um período maior, com a realização, no final do exercício, de um leilão para 31.000 toneladas e, ainda, nesta semana, será lançado um novo leilão para remoção de 52.000 toneladas (a granel), para atendimento dos meses de fevereiro e março/14, nas unidades próprias da Companhia. Com relação ao abastecimento dos pólos, solicitou ao Diretor da Dipai, como representante da Conab junto ao Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos – CIEP, maior empenho, buscando conseguir a autorização para compra do milho ensacado, por dois motivos: a) é impraticável o recebimento de milho a granel, nos pólos, e; b) as compras de milho ensacado são realizadas com remoção simultânea, ficando a Conab, despreocupada em relação ao frete. O Diretor Marcelo Melo informou, que agora a situação está sob controle, mas que se não houver compra do produto, poderá ocorrer um descontrole. 1.1.3)

Outro assunto abordado foi sobre a Unidade de Porto de Itaqui/MA. A Unidade foi construída no porto, para recebimento de trigo, e era a única porta de entrada do produto para a região. Ao longo do tempo, essa Unidade foi ficando sucateada. O Governo está trabalhando junto com a iniciativa privada, por meio do TEGRA, para transformar o Porto de Itaqui no principal porto brasileiro. A Conab encontra-se naquela localidade, de certa forma, atrapalhando o desenvolvimento do porto, onde já houve decisão judicial para retirada do sugador, equipamento este, de propriedade da Companhia. O Governo Federal resolveu intervir na discussão, junto com a Secretaria de Portos, decidindo que a Conab sairá do Porto e receberá indenização pelos bens existentes. Em contra partida, a União, por meio da SPU, doará à Conab uma área situada no polígono do porto, onde Companhia poderá construir uma grande unidade com características de trabalho voltadas à exportação. E, a empresa que for operar no berço que hoje opera a Conab estará obrigada, contratualmente, a dar prioridade para as operações da Conab, tanto para expedição, como recebimento de produtos. Finda as comunicações da Dirab, passou-se às apresentações dos comunicados da 1.2) Dipai. 1.2.1) O Diretor João Intini referiu-se, ainda, sobre a exposição do milho feita pelo Diretor da Dirab, comunicando que as projeções de safra, realizadas para a região do Matopiba indicam uma produção recorde de cinco milhões de toneladas, quantitativo expressivo para aquela região. Se consolidadas essas projeções, a Conab não só terá condições de manter estoques locais, como também exercitará o aprendizado, frente à dificuldade operacional para abastecimento de milho para uma conduta preventiva, considerando as experiências já vivenciadas pela Companhia. Nesse momento, são poucas as queixas e muitos os agradecimentos pelas ações da Conab. Um indicador bastante importante refere-se às contratações do PRONAF, que estão, predominantemente, nas operações de investimento. É um reconhecimento que se tem ouvido sobre a Conab. 1.2.2) CPR Estoque – Pirarucu/AM – em março do ano passado, deu-se início a uma tratativa para que a Conab intermediasse uma compra estimada em mais de um milhão de reais de pirarucu, para ser processado em uma fábrica que realiza a salga do pescado, transformando-o no chamado bacalhau do Amazonas, com destinação à merenda escolar. A operação parecia normal, um acordo comunitário, data de entrega e o pescador sendo remunerado pelo PAA. No entanto, percebeu-se que um grupo de pescadores não tinha documentação suficiente para participar da operação. Nessa operação, mais de 500 pescadores forneceriam o pescado, mas só 144 deles apresentaram a documentação completa. O procedimento da Companhia é de aplicar o manual, seguindo, estritamente, o que a nossa conduta interna determina. Com o intuito de não prejudicar ninguém, até porque não houve comprometimento de compra com os pescadores. Este foi o principal motivo que levou a Conab ao cancelamento da CPR. Foram tomadas algumas iniciativas cancelando a operação e o fato foi comunicado aos representantes do Estado do Amazonas e ao Ministério da Pesca e Aquicultura. Nesta data, foi realizada uma reunião com o MPA, inclusive com o responsável pela área de pescado, ficando acordado que, nos próximos quinze dias, haverá deslocamento de técnicos até Manaus para, em reunião com os pescadores e representantes do Estado, procedam, primeiramente, à compra emergencial do pescado entregue, em favor do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. O Ministério da Pesca e Aquicultura acionará o Ministério da Educação - MEC, que detém a conta da alimentação escolar, para que organize a compra do pescado e proceda ao pagamento. A segunda medida será, também, dentro desses quinze dias, a elaboração de um calendário, com a participação do MPA, com o intuito de trazer o plano safra da pesca e acertar, junto às Superintendências Regionais da Conab, ações que venham ao encontro das iniciativas conjuntas. Junto com esse calendário, espera-se que os procedimentos para

viabilização do PAA, já estejam ajustados. Comunicou ao Presidente que, provavelmente, na semana seguinte, a Conab deverá participar de uma reunião com a CGU para uma discussão de nossas propostas referentes a operações do PAA. Resumindo, apesar das reclamações e críticas que existiram, verificou-se que a operação era frágil. Com estas medidas, a Conab terá cumprido seu papel, minorando a expectativa de críticas sobre a operação. Finda a apresentação da Dipai, deu-se início às comunicações da 1.3) **Digep**, quando o Diretor Rogério Abdalla deu as boas vindas ao novo Diretor, João Marcelo Intini.

1.3.1) Foi entregue aos demais membros do colegiado, síntese do acordo coletivo de trabalho, 2013/2014, a saber: **a)** O ACT 2012/2013 foi assinado entre as partes, sem que houvesse a exclusão de algumas cláusulas, mesmo após orientação do DEST para que o fizessem, conforme Ofício 1090/2013; **b)** para o ACT 2013/2014 essas cláusulas foram mantidas, tendo novamente, o DEST se manifestado pela sua exclusão; **c)** as Cláusulas não implicam repercussão financeira e não significam qualquer compromisso pela Companhia, que possa comprometê-la. São elas: Cláusula Nona - Assistência a Saúde dos Empregados da Conab; a Cláusula Vigésima - Plano de Cargos e Salários e funções gratificadas; a Cláusula Vigésima Sexta - Concurso Público – que o processo já está em tramitação; a Cláusula Trigésima - Processo Interno de Apuração e; a Cláusula Trigésima Segunda – Punições. O Diretor Rogério Abdalla, submeteu a proposta, solicitando a aprovação da Diretoria Colegiada, para o ACT 2013/2014, nas condições atuais, com o compromisso de, que, para o próximo exercício, sejam essas Cláusulas retiradas. O Colegiado aprovou o referido Acordo Coletivo de Trabalho.

1.4) O Diretor da **Diafi**, Lineu de Souza, **1.4.1)** discorreu sobre a necessidade de se discutir a Conab, em termos de estrutura, para os próximos anos. Fazendo um diagnóstico da Conab, no que se refere à Matriz e Regionais, verificou-se que a Companhia se assemelha muito ao SEBRAE, em termos de estrutura. É necessário que a Diretoria Colegiada discuta algumas metas a serem cumpridas para este exercício, considerando a inexistência de projeto mais detalhado. Existe uma grande necessidade de se melhorar a infraestrutura das Suregs, de um modo geral, devido às condições precárias em que se encontram. A maior dificuldade a ser superada, é a questão orçamentária. Mas, a partir do mês de maio, poderá ser solicitado um acréscimo para o orçamento, visando algumas melhorias.

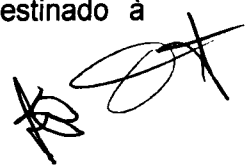
1.4.2) Outro assunto, é de um certo receio, por parte dos empregados, em relação a abrir mão de imóveis da Companhia. Imóveis estes que estão abandonados, trazendo despesas para a Conab e até alguns transtornos para os moradores. A Conab, em conjunto com a ASNAB, poderá elaborar proposta ao Tesouro Nacional, propondo abrir mão de alguns patrimônios da Conab, revertendo os recursos arrecadados, especificamente, para melhoria da infraestrutura da Companhia. Finda as comunicações, passou-se a leitura da pauta, com a apresentação dos 2) votos:

2.1) Voto Presi nº 03/2014 – Processo nº 21200.000307/2008-90 e apensos. Conhecer dos recursos interpostos e manutenção das decisões proferidas no julgamento do Relatório Final. Após relato, a Diretoria Colegiada aprovou o voto, nos termos apresentados.

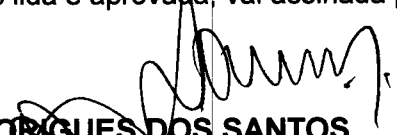
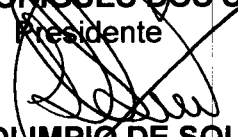
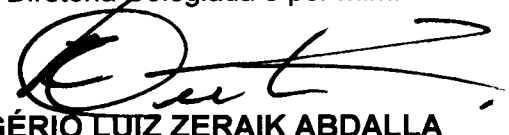
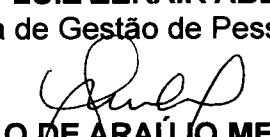
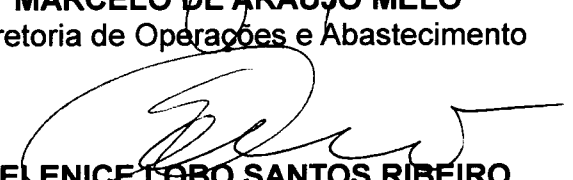
2.2) Voto Diafi nº 04/2014 – Processo nº 21200.02716/2013-98. Proposta para que seja autorizada a deflagração de licitação destinada à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de passagens aéreas nacionais e internacionais para a Conab em 2014. O Voto foi aprovado, nos termos relatados.

2.3) Voto Diafi nº 05/2014 – Processo nº 21209.0236/2013-11. Proposta de doação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT de uma faixa de terra com 361,66 m², que faz parte da Unidade Armazenadora de Rio Verde (GO). Após relato do voto, o Colegiado aprovou nos termos apresentados indicando que o processo deverá ser encaminhado ao Conselho de Administração, para autorização.

2.4) Voto Diafi nº 006/2014 – Processo nº 21210.000177/2013-11. Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico da Conab nº 007/2013, destinado à



contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância armada na Unidade Armazenadora de Apucarana, da Sureg/PR. O Colegiado aprovou o voto, nos termos relatados. **2.5) Voto Diafi nº 07/2014 – Processo nº 21200.2834/2013-04.** Ratificação de dispensa de licitação para a contratação, em caráter emergencial, de serviços de limpeza, conservação e asseio, Office-boy, jardinagem, copeiragem, auxiliar de serviços gerais, com fornecimento de material, para o edifício da Matriz, CDRH e Arquivo e UA Brasília, fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei nº 9.666/93. O voto foi aprovado nos termos relatados. **2.7) Voto Dipai nº 002/2014 - Processo nº 21218.000501/2009-25.** Acordo de Cooperação entre Conab e a Caixa Econômica Federal, para abertura e manutenção de Contas Bloqueadas (Vinculadas) – PAA no Estado do Amazonas. O voto foi aprovado pela Diretoria Colegiada, nos termos relatados. **2.8) Voto Digep nº 001/2014 – Processo nº 21200.002363/2013-26.** Curso de inglês no exterior, por intermédio da Texas Intensive English Program, para a empregada Regina Maria Pereira G. dos Reis, Coordenadora da UGP/PNUD, no período de 26/6 a 07/8/14, na cidade de Austin – Texas. A Diretoria Colegiada aprovou o voto nos termos relatados. **2.9) Voto Digep nº 002 – Processo Administrativo nº 21200.002747/2012-68.** Ratificação de penalidades em relação ao Contrato Administrativo nº 04/2012, assinado pela CONAB e a RENAPSI. Para relatar o voto foi convidado o Superintendente de Desenvolvimento de Pessoas – SUDEP, Sr. Thiago Alexandre Ribeiro Lima, que esclareceu tratar-se de contratação de menores aprendizes na Companhia, realizado no exercício de 2012. Ocorre que a empresa acabou por não cumprir o contrato, sendo alertada para a inexecução do contrato, que acabou sendo rescindindo no exercício de 2013. Com a rescisão unilateral do contrato, sendo autorizada a aplicação de penalidade (multa) à empresa RENAPSI, prevista em cláusula contratual. Na Lei 9784/1999, quando a autoridade aplica o seu julgamento e, existe o pedido de reconsideração por parte da empresa, cabe à Diretoria Colegiada ratificar ou não a aplicação da penalidade. O processo foi analisado pela área jurídica, sendo plausível e obrigatória a aplicação da multa. A Diretoria Colegiada aprovou o voto nos termos relatados. Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por encerrada a reunião e eu, Elenice Lobo Santos Ribeiro, Chefe de Gabinete, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Diretoria Colegiada e por mim.


RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS
Presidente
LINEU OLÍMPIO DE SOUZA
Diretoria Administrativa, Financeira
e de Fiscalização
JOÃO MARCELO INTINI
Diretoria de Política Agrícola e Informações
ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA
Diretoria de Gestão de Pessoas
MARCELO DE ARAÚJO MELO
Diretoria de Operações e Abastecimento
ELENICE LOBO SANTOS RIBEIRO
Secretaria